



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante
Salão dos Territórios Rurais - Territórios da Cidadania em Foco**

**Centro de Convenções Ulysses Guimarães - Brasília-DF, 24 de março de
2010**

Bem, meus companheiros e minhas companheiras,
Companheiro Guilherme Cassel, ministro do Desenvolvimento Agrário –
parabéns pela exposição feita aqui,
Companheiro José Pimentel, ministro da Previdência Social,
Companheiro Patrus Ananias, ministro do Desenvolvimento Social e
Combate à Fome,
Companheiro Carlos Minc, ministro do Meio Ambiente,
Companheiro Alexandre Padilha, ministro da Secretaria de Relações
Institucionais,
Companheiro Edson Santos, da Secretaria de Políticas de Promoção de
Igualdade Racial,
Companheiros parlamentares,
Deputados federais,
Secretários de estados,
Prefeitos aqui presentes, e prefeitas,
Governador Eduardo Campos, de Pernambuco,
Companheiro José Maranhão, da Paraíba,
Companheiro Marcelo Déda, de Sergipe,
Companheiro Carlos Henrique Gaguim, de Tocantins,
Companheiros dirigentes sindicais aqui presentes,
Companheiros dos Territórios da Cidadania,
Meus amigos e minhas amigas,



Não vou falar de números aqui porque o companheiro Guilherme já falou muito de números. Eu queria apenas dizer para vocês que em 2007, quando o companheiro Guilherme apresentou a proposta do Territórios da Cidadania, eu disse, para quem quisesse ouvir, que esses meninos conseguiram produzir o mais perfeito programa de governo que eu já tinha visto.

Eu passei – eu tenho 64 anos, vou completar oito [anos] na Presidência, portanto, cheguei com 56 [anos] –, eu passei pelo menos 30 anos da minha vida fazendo pauta de reivindicação. Trinta anos da minha vida fazendo tudo o que é pauta de reivindicação que vocês possam imaginar. E quando me foi apresentado o Territórios da Cidadania eu vi, não apenas o ponto de vista conceitual, mas o ponto de vista da filosofia de integração da sociedade nas decisões das coisas que a própria sociedade precisa. Eu via a possibilidade de nós termos, dentro de pouco tempo, uma geração de brasileiros que tinha aprendido a construir, a partir da necessidade da sua sobrevivência e da sua comunidade, um outro jeito de fazer política no nosso país.

Prestem atenção numa coisa importante: foram 37 bilhões colocados à disposição de vocês em 2008... 2009. Se não houvesse o Territórios da Cidadania e se não houvesse a integração para acabar com a dispersão das políticas setoriais, feitas às vezes sem que ninguém soubesse, a gente não teria tido a capacidade de utilizar o potencial de recursos que nós utilizamos. Porque como tem muitos ministros cuidando de coisas, as mais diferentes possíveis, muitas vezes as coisas não aparecem, não ganham o caráter de política pública, não ganham o caráter da presença do Estado. E quando a gente conseguiu, através do Territórios da Cidadania, unificar 22 Ministérios, com dezenas e dezenas de ações de políticas públicas, a gente vai percebendo que aquilo que era um quebra-cabeça, que a gente não via o corpo, não via o rosto, a gente percebe que o quebra-cabeça ganha visibilidade, e a gente percebe que um corpo está sendo construído neste país.

Há pouco mais de 15 dias ou mais ou menos 30 dias, eu pedi para o



Guilherme me fazer uma exposição sobre o Territórios da Cidadania, porque como é um programa muito grande, muito ousado, e tudo o que é muito grande e muito ousado, a gente fica com medo que as coisas não estejam andando corretamente. E nós sabemos que apesar da quantidade de virtudes que nós temos, nós ainda temos muita coisa para fazer para que o Territórios possa atingir a plenitude dos seus objetivos.

E naquela reunião, nós descobríamos que o CAUC era um empecilho. O CAUC, se uma prefeitura deve para a Previdência hoje, ela não pode fazer nenhum convênio com o governo, mas amanhã ela pode estar em dia e ela pode fazer. Mas depois de amanhã ela pode não fazer mais. Então, fica uma estupidez burocrática. Obviamente que é uma garantia para a União de que também você não tenha uma quantidade enorme de prefeituras que não cumprem com os seus compromissos... Porque no Brasil, habitualmente, as pessoas muitas vezes não cumprem com o seu compromisso: uns porque não podem, outros porque estão em dificuldade, e outros porque querem ser malandros e não querem cumprir.

Mas nós, nós resolvemos apostar na ideia de que todo mundo é honesto até prova em contrário. Nós não queremos apostar que todo mundo é desonesto até prova em contrário. Todo mundo é honesto. É, na verdade, um voto de confiança que a gente está dando, para que a gente possa fazer fluir o dinheiro que está disponibilizado, e o que nós queremos é o resultado concreto e objetivo.

Bem, isso colocado, companheiros e companheiras, eu queria dizer para vocês que nós estamos vivendo um ano que vai começar a ficar delicado. Do ponto de vista político, é extraordinário, porque nós estamos consolidando a democracia no Brasil. Do ponto de vista administrativo, nós precisamos ficar muito atentos, porque é um ano que vai ter muitos embates. E nós não temos o direito de permitir que qualquer coisa venha atrapalhar os programas sociais que nós estamos fazendo e, sobretudo, a implantação definitiva do Territórios



da Cidadania. Porque tem gente no Brasil que fica incomodado. Vocês estão percebendo que tem gente que fica incomodado quando as coisas começam a dar certo. Na visão de algumas pessoas, o correto era que o país tivesse uma desgraça. Na visão de alguns, o correto era que no Brasil estivesse dando tudo errado para eles poderem dizer: “Está vendo, nós falamos. O menino não é letrado, o menino não tinha... não tinha... nós falamos, o menino nasceu para ser torneiro mecânico. A partir daí já é abuso.” E o que nós estamos provando é que mais do que uma política pública, nós estamos preparando milhões de pessoas neste país que podem assumir a administração de muitas coisas importantes neste país que, até então, eram de poucos.

O que vocês estão provando é uma coisa que nós dizíamos, também, no começo. Quando a gente terminar o mandato, a gente quer saber, sim, a quantidade de obras. A gente quer saber, sim, a quantidade de dinheiro aplicado. A gente quer saber o resultado. Mas, sobretudo, a gente quer saber se houve mudança na relação entre Estado e sociedade, entre governo e sociedade.

E é por isso que nós já fizemos, companheiros governadores, mais de 67 conferências nacionais, onde a sociedade vai aos poucos difundindo e fazendo com que as suas decisões se transformem nas políticas públicas colocadas em prática pelo governo.

Vocês viram que, recentemente, houve a Conferência de Direitos Humanos, que criou uma confusão. E nós sabemos que os temas polêmicos serão polêmicos a vida inteira. Nós sabemos que, recentemente, houve a Conferência, por exemplo, de Comunicação, em que os grandes grupos empresariais de Comunicação não quiseram participar, achando que iam ser admoestados pelos grupos menores quando, na verdade, o que nós vimos foi uma lição de democracia das pessoas que participam da discussão de Comunicação neste país. A última que nós fizemos agora, mais recentemente, foi a de Cultura, em que dezenas e dezenas e dezenas e centenas e milhares



de pessoas elaboraram, em todo o território nacional, uma definição de política cultural para o país. E incomoda muita gente, eu sei que incomoda, mas a mim não importa que eles fiquem incomodados, porque eu ficaria incomodado se o contrário acontecesse.

Quando a gente desfaz, desfaz o cordão umbilical, de que todo o dinheiro da Cultura tinha que ir apenas para uma região do país ou para um determinado setor do mapa brasileiro... Tentar, sem menosprezar esse setor que é muito importante, mas dar chance para que a cultura de Sergipe possa aparecer na televisão, a de Roraima, a do Acre, a de Manaus, a do Pará. O povo brasileiro precisa conhecer a diversidade cultural deste país, o que acontece em cada região, o que o povo de cada região é capaz de fazer neste país.

Então, eu penso que essas coisas vão crescendo e vão incomodando alguns. Eu, às vezes, me levanto de manhã e fico vendo algumas manchetes, eu fico triste, porque eu acabei de inaugurar, no dia anterior, duas mil casas, e não sai uma nota no pé do jornal; caiu um barraco, é primeira página, dizendo que caiu uma casa. Há uma predileção pela desgraça.

Agora, uma coisa que eu achei fantástica. Governadores, prestem atenção. Eu vi aqui na amostragem umas pessoas fazendo reunião, teve muitas salas de reunião aqui, que o Guilherme preparou. Qual é a grande novidade que nós estamos vendo? É que antes, até eu participava de reuniões como aquela que eu vi ali, apenas para criticar as coisas que não aconteciam. Hoje nós ainda nos reunimos para criticar as coisas que não acontecem, mas nos reunimos muito mais para discutir as coisas que nós queremos fazer acontecer, as coisas que nós queremos fazer com que aconteçam neste país.

Essa, essa é a novidade que alguns não querem enxergar. É triste quando a pessoa tem dois olhos bons e não quer enxergar, quando a pessoa tem o direito de escrever as coisas certas e escreve as coisas erradas. É triste, é melancólico para um país democrático como o nosso, para um governo



republicano como o nosso. Olhem a história deste país e vejam se alguns governos foram republicanos como o nosso governo. Eu digo sempre: eu desafio um prefeito, um governador do PFL, do PSDB, de qualquer partido político, que tenha sido destrutado pelo governo federal porque não pertenciam ao nosso governo. Vocês que são do Território da Cidadania sabem que, para nós, não importa a que partido pertença o prefeito. Nós partimos do pressuposto de que respeitamos o resultado eleitoral da participação popular nas eleições passadas. E a ele é dado o mesmo direito que é dado aos meus companheiros que trinta anos atrás me ajudaram a fundar um partido. Não tem discriminação para nenhum companheiro. E isso, certamente incomoda, isso incomoda.

E eu vou ficando triste porque eu fico imaginando daqui a trinta anos, quando alguém quiser fazer uma pesquisa sobre a história do Brasil e sobre o governo Lula e tiver que fazer se ficar lendo determinados tablóides. Ou seja, esse estudante vai estudar uma grande mentira neste país. Quando, na verdade, ele poderia estar estudando a verdade do que aconteceu neste país. E as coisas são assim, quando o cidadão quer ser de má-fé, não tem jeito.

Uma vez eu estava em Ibiúna. Eu, Eduardo... não sei se aqui alguém participou do congresso de Ibiúna em [19]68. Mas eu lembro que... não precisa ter mais medo de dizer que participou, não. Mas, depois de muito tempo, eu conheci o velho que era dono daquele terreno e comecei a ir lá. Fui várias vezes lá naquele terreno. Aí, um belo dia eu parei na padaria – naquela padaria que o pessoal do congresso parou para comprar muito pãozinho de uma vez, que gerou a desconfiança -... aí eu parei na padaria, Marisa ficou no carro e eu fui comprar um pão. Cheguei lá pedi um pão e perguntei: Quanto que é? O cidadão do caixa falou assim para mim: “Nossa, você parece o Lula. A voz do Lula”. E um cidadão que estava atrás de mim falou: “Mas não é o Lula, porque eu conheço o Lula. O Lula é mais alto, é mais moreno”. E eu, ali, na frente de um cara querendo me conhecer, e um cidadão desaforado atrás dizendo: “Não



é o Lula”. Eu fui obrigado a pegar minha identidade e mostrar para o companheiro: Companheiro, eu sou o Lula. Ele falou: “É, mas não parece”. É assim que determinados setores da imprensa se comportam para fazer a cobertura. É assim. Eles sabem o que está acontecendo no país. Se não quisessem saber pelos seus olhos, saberiam pelas pesquisas de opinião pública. Ainda assim, não querem saber.

E nós vamos trabalhando, porque a única coisa de [para] vencer isso é trabalhar. Nós não temos tempo para parar para resmungar. Uma coisa que eu acho legal é que os outros que vieram antes de mim pensavam que sabiam de tudo. Eu tenho consciência de que eu não sei de nada. Então, eu tenho que provar, todo santo dia, a cada minuto, que eu tenho competência de [para] fazer essas coisas.

E um programa como este é irreversível, é irreversível. Eu tenho consciência de que nós vamos ter continuidade, tenho consciência. No dia 29, agora, nós vamos lançar o segundo PAC. E por que é que nós vamos lançar o segundo PAC? Apenas por uma questão de responsabilidade. É que eu não posso permitir que quem vier depois de mim perca um ano fazendo o Programa. Porque pede um ano fazendo o Programa. Então, quando essa pessoa chegar, essa pessoa vai ter um programa pronto. Eu, eu não posso dizer, eu não posso dizer quem vai ser. Eu não posso dizer quem vai ser, eu não posso dizer quem vai ser porque, porque... vamos aguardar. Agora, eu não posso dizer, apesar de na minha cabeça eu ter consciência do que vai acontecer neste país, este ano. Tenho consciência disso.

Agora, nós... o governo não pode parar. Eu quero separar as eleições da atuação do governo. Eu quero fazer questão porque os ministros têm tarefas a cumprir, e se todo mundo resolver abandonar o barco, a gente termina o ano sem cumprir os compromissos que nós assumimos. Então, o compromisso sagrado nosso é não parar de governar este país, por conta das eleições.

Vai sair uma série de ministros, vai sair... Vai subir uma série de gente.



Todo mundo sabe que eu não vou trocar muita gente. Eu vou utilizar os secretários-executivos que, no fundo, no fundo são os que vêm tocando os Ministérios até agora. Salvo algumas exceções, é que eu posso fazer troca. Salvo algumas exceções, é que eu posso fazer mudança. Mas todo mundo... não vai ter, não vai ter nervosismo desta vez. Não terá nervosismo porque nós temos consciência do que nós queremos até o final do mandato.

A segunda coisa, companheiros, é que nós não podemos brincar com a economia. Aqui, os governadores sabem e vocês sabem, nós não temos o direito de brincar com a economia. Nós não vamos brincar com a estabilidade econômica, ela tem que ser mantida; a questão fiscal tem que ser cuidada com seriedade, com muita seriedade; e a inflação tem que ser controlada porque se ela voltar, ela vai exatamente em cima do pobre. Ela não vai em cima do rico. O rico tem conta bancária no exterior, o rico tem depósito em dólar, o rico tem conta remunerada. A inflação, para ele, nunca será a mesma inflação da pessoa que vai comprar o feijão no supermercado todos os dias. Então, nós vamos controlar a inflação.

E vamos fazer mais política social, mais política... Nós apenas começamos a fazer política social. O que foi interessante nessa crise econômica, e esse é um marco extraordinário para todo mundo... Eu estou vendo o professor Inacy aqui, e [ele] pode provar... eu estou vendo uma coisa extraordinária. O que nós provamos, com essa crise, é [que] o que salvou a crise neste país não foram as grandes empresas, não foram. Não foi a Petrobras, não foi a Vale do Rio Doce, não foi a Volkswagen, não foi a Ford. O que salvou a economia deste país foi o povo pobre ter acesso à renda neste país, foi o aumento de salário mínimo, foram programas como o Bolsa Família, que ativou... foram programas como o Mais Alimentos, foram programas como o financiamento de tratores, foram programas como o financiamento de alimentos, o PAA. Essas coisas, no fundo, no fundo é que terminam determinando o crescimento de um país, porque na hora em que você dá um



milhão para um só, ele vai depositar esse um milhão no banco e ele só vai ganhar juros. Mas se você pega um milhão e divide por cem, cada um vai ter dez, portanto, cada um vai entrar no supermercado, cada um vai comprar o que comer, o que vestir, e a economia cresce. Foi isso o que aconteceu neste país, e é por isso que nós estamos hoje muito à vontade aqui.

Bem, eu queria terminar dizendo ao companheiro Guilherme que eu acho, Guilherme, que é preciso a gente ficar, é preciso a gente ficar muito atento porque logo, logo nós vamos ter que colocar... Não tem nenhum sentido não ter uma Farmácia Popular em cada município do Territórios da Cidadania. A Farmácia Popular, ela pode ser de dois tipos: uma ser a nossa farmácia, e a outra, ser a farmácia da própria cidade. Basta ter um computadorzinho, ter uma maquininha, e colocar lá a quantidade de remédios, os principais remédios para a população – [remédio para] asma, para crianças; remédio para pressão alta, e outros remédios que são principais para o ser humano. A pessoa, a farmácia pode fazer um convênio com o Ministério da Saúde, e qualquer um vai lá e compra, e o governo federal paga 90%. Por exemplo, o remédio de pressão, que custa [R\$] 37, um cidadão vai lá e compra, e ele paga apenas [R\$] 3,70. O restante é o governo federal que paga. Se na cidade de vocês não tiver Farmácia Popular, procurem o prefeito, reúnam o farmacêutico da cidade, e eles podem colocar um balcão escrito lá “Aqui tem Farmácia Popular”, e vocês podem comprar.

A questão do dentista. O Guilherme sabe que é uma preocupação minha. Uma vez eu fiquei meio nervoso com o Guilherme porque eu fui para a Europa e levei uma fotografia extraordinária do programa Mais Alimentos; e lá no programa Mais Alimentos tinha lá, numa plantação, um homem e uma mulher. O homem era um companheiro daqueles que a gente chama de cidadão de cor, negrão, com um sorriso deste tamanho, mas sem um dente na boca. E eu falei: Ô Guilherme, não poderia ter mandado, através do Brasil Sorridente, colocar dentes nesse companheiro? Bem... ele mandou fazer.



Agora já recebi a fotografia do companheiro dando risada, com uma boa prótese. Vocês vejam como eu melhorei. Antigamente eu falava “uma boa dentadura”. Agora é “uma boa prótese”. É que...

Então, agora nós vamos, viu, Guilherme... Logo, logo nós vamos ter 160 ambulâncias, cada ambulância com um ambulatório odontológico, e a preferência será para as cidades do Territórios da Cidadania, para... Porque eu aprendi, também, que não basta ficar o consultório no centro da cidade, porque ele atende as pessoas que estão em volta da cidade. Mas as pessoas que moram a 15 quilômetros, a 20 quilômetros, que não têm ônibus, nunca vão vir ao dentista. Então, é importante que tenha essas ambulâncias que possam percorrer o território nacional, as cidades mais pobres, levando dentista onde as pessoas precisam de dentista. Lá, a ambulância vai parar, vai tirar molde da boca dele, vai fazer uma prótese de qualidade, de qualidade. Não vai ser daquelas que eram feitas antigamente no Nordeste, não. Pegava uma boca deste tamanho e colocava uma prótese deste tamanho; o cidadão falava, ela ficava caindo, subindo, descendo, às vezes caía da boca dele; ou, às vezes, colocava tão grande que não cabia na boca. O cidadão ficava... Nós, agora... Isso tudo já está programado, já está encomendado e logo, logo essas coisas vão começar a acontecer no nosso país.

Portanto, companheiros, eu agora vou deixar vocês porque eu sei que a Contag está com uma pauta de reivindicação para me entregar, eu tenho que receber a pauta de reivindicação da Contag. Mas, olhem, é importante o seguinte. O companheiro Pimentel vai deixar a Previdência... E uma coisa marcante, que ninguém fala. Quando eu entrei no governo, a grande briga nossa era a fila do INSS. Faz quanto tempo que vocês não ouvem falar mais de fila no INSS? Quanto tempo? Hoje uma mulher grávida recebe o auxílio-natalidade dela... o auxílio-maternidade com 15 dias. Um aposentado se aposenta com meia hora. ele não tem que apresentar documento nenhum. Ele recebe uma carta dizendo que ele tem direito, e ele vai lá receber. Estamos



cadastrando, estamos cadastrando quase 5 milhões de pequenos proprietários, até quatro módulos, para que essas pessoas também, quando completarem 65 anos, se aposentem sem ter que prestar contas de documento. Nós é que temos que prestar [apresentar] o documento para essas pessoas.

E para deixar a Paraíba, aqui... pega aquele bonezinho da Paraíba, aí, que eles querem que eu ponha... Pega lá, Patrus. Querem que eu coloque na cabeça o boné, deixa eu colocar. Isto aqui é o boné, é o boné da rede colegial... dos coordenadores do Territórios da Cidadania.

Eu vou terminar contando uma história de boné para vocês. Em 2003, eu recebi os Sem-Terra lá no Palácio do Planalto, e aí eu coloquei o chapéu dos Sem-Terra na cabeça. Foi um escândalo, um escândalo. Primeira página dos jornais: "Lula bota o chapéu dos Sem-Terra na cabeça". Bem, a partir daquele instante, a partir daquele instante o que é que eu fiz? A partir daquele instante eu passei a colocar qualquer chapéu na cabeça. Nunca mais colocaram eu com um chapeuzinho na cabeça, Marcelo. Porque essa coisa é o seguinte: eles vêm para cima. Se você se acovarda, eles ganharam. E nós não temos por que temer. Se tem uma coisa que nós não temos é vergonha do que nós fazemos neste país. Nós temos que ter orgulho do que estamos fazendo neste país.

Eu digo sempre o seguinte: nós todos vamos ser medidos pelo que nós fizemos. A gente não precisa ficar prestando contas todos os dias. Quando terminar o mandato, a gente vai ter um balanço do que foi feito neste país. Eu acho que a gente pode fazer muito mais no próximo período, porque nós aprendemos. Vocês sabem que não é fácil fazer as coisas. Vocês sabem que é difícil fazer, mas nós aprendemos.

Então eu quero, Guilherme, dar os parabéns a esta segunda mostra do Territórios da Cidadania. Dizer aos companheiros coordenadores, membros, participantes, delegados e delegadas, prefeitos e prefeitas, secretários e secretárias, dizer o seguinte: Olha, eu peço a Deus que vocês consigam fazer exatamente o que está estabelecido no Territórios da Cidadania, porque é a



maior revolução de participação e construção social na vida de uma cidade, de um estado e de um país. E tenham certeza de que para isso dar certo... não daria certo apenas com governador e com prefeito, mas também não daria certo apenas com nós, com o governo federal ou com a sociedade. Isso, para dar certo, tem que ter uma combinação: prefeito, governador, governo federal e vocês, enchendo o vazio que nós deixamos neste país.

Um abraço. Que Deus abençoe todos vocês.

(\$211A)